



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
EXÉRCITO PORTUGUÊS**

**ACADEMIA MILITAR**

PROPOSTA N.º 04/SEP/08

**28**Mar2008

**ASSUNTO: Regulamento de Aplicação do Sistema de Créditos Curriculares (ECTS)  
à Academia Militar**

**Referências:** Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março (adota a aplicação dos princípios constantes do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, ao ensino superior público militar)

**Despacho:**

*Aprova.*

*28/3/08*

1. O Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março, veio dar o enquadramento legal às acções desenvolvidas pela Academia Militar no âmbito do processo de reestruturação dos seus cursos;
2. O artigo n.º 10.º do referido diploma, preceitua que é da competência do Comandante da Academia Militar a aprovação do Regulamento de Aplicação do Sistema de Créditos Curriculares;
3. Decorrente do exposto, com a emissão de parecer positivo por parte do Conselho Académico reunido em 26Mar08, propõe-se que seja aprovado o *Regulamento de Aplicação do Sistema de Créditos Curriculares da Academia Militar*, anexo a esta proposta.

*O Chefe da Secção de Estudos e Planeamento*



Elias Lopes Inácio  
TCor Inf

***Em Anexo:*** Regulamento de Aplicação do Sistema de Créditos Curriculares da Academia Militar



**ACADEMIA MILITAR**  
DULCE ET DECORUM EST PRO PATRIA MORI

APROVO  
O Comandante

19/3/08

## **REGULAMENTO DE APLICAÇÃO DO SISTEMA DE CRÉDITOS CURRICULARES (ECTS) À ACADEMIA MILITAR**

O artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março que procede à aplicação dos princípios consagrados no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, preceitua que é da competência do Comandante da Academia Militar a aprovação do Regulamento de Aplicação do Sistema de Créditos Curriculares, o qual inclui, designadamente, os procedimentos e regras a adoptar para a fixação dos créditos a obter em cada área científica e a atribuir por cada unidade curricular.

Assim, ao abrigo deste dispositivo legal e, ouvido o órgão estatutariamente competente da Academia Militar, é aprovado o regulamento a que alude o citado artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março.

### **CAPÍTULO I** **SISTEMA DE CRÉDITOS CURRICULARES**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objectivo**

O presente regulamento tem por objectivo definir a aplicação do sistema de créditos curriculares a todas as formações conducentes à obtenção de grau académico na Academia Militar (AM), dando satisfação ao estabelecido no artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março.

#### **Artigo 2.º**

##### **Definição**

1. O sistema de créditos curriculares mede as horas de trabalho de formação do aluno e considera a globalidade do seu esforço de aprendizagem, compreendendo todas as formas de trabalho previstas, designadamente as horas de contacto, bem como as horas dedicadas a estudo e avaliação, e a outras actividades de formação e aprendizagem, bem como a realização de dissertações, trabalhos de projectos, e estágios de natureza profissional.
2. As horas de contacto incluem não apenas a actividade estritamente lectiva, mas todo o tempo dispendido com o acompanhamento tutorial do aluno.
3. O número de horas de contacto compreende o ensino teórico, teórico-prático, prático e laboratorial, e a orientação tutorial.

### **Artigo 3.º**

#### **Aplicação**

1. A todos os ciclos de estudos da AM conducentes à obtenção de um grau académico, aplica-se obrigatoriamente o Sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS – *European Credit Transfer System*).
2. Aplica-se igualmente de forma obrigatória o ECTS, a todos os cursos não conferentes de grau académico que sejam objecto de avaliação e certificação, sejam cursos de pós-graduação ou de especialização.

### **Artigo 4.º**

#### **Cálculo**

Para o cálculo dos créditos ECTS em cada unidade curricular (UC) deve-se considerar os seguintes princípios:

1. O número de créditos ECTS correspondente a um ano curricular realizado a tempo inteiro é de 60. Regra geral, os períodos curriculares de duração inferior a um ano, semestres e trimestres, terão um número de créditos proporcional ao peso relativo que representam do ano curricular, ou seja, neste caso, respectivamente 30 e 20 créditos.
2. De acordo com o calendário académico, e por despacho de Sua Excelência o General CEME, foi definido em 1500 o número total de horas anual de trabalho do aluno num ano curricular na AM, fixando-se em 25 o número de horas de trabalho equivalente a 1 crédito.
3. A avaliação do trabalho escolar durante um ano curricular estimada no número anterior e correspondente a 60 créditos, refere-se ao trabalho do aluno a tempo inteiro e em regime presencial.
4. Os créditos atribuídos a cada UC calculam-se dividindo por 25 horas o número de horas de trabalho do aluno estimado para a unidade curricular, obtendo-se deste modo os correspondentes créditos ECTS.
5. Os créditos conferidos por cada UC são expressos em múltiplos de meio crédito.

### **Artigo 5.º**

#### **Atribuição**

1. A atribuição de créditos às diferentes UC deve ser feita com base numa estimativa realista da carga de trabalho necessária a um aluno médio, de forma a obter os resultados de aprendizagem estabelecidos para cada UC.
2. As dissertações, os trabalhos de projecto e os estágios de natureza profissional previstos para a obtenção de graus académicos e diplomas, devem ser objecto de atribuição de créditos ECTS.
3. No caso previsto no número anterior será atribuído o número de créditos na proporção do tempo médio normal estimado para a realização e avaliação dos citados projectos, dissertações, estágios de natureza profissional ou outros requisitos.
4. O processo de atribuição, deve ser conduzido numa base dita “descendente”, o que implica, partir da estrutura completa do plano de estudos e do padrão normal de UC que o aluno terá que ser avaliado num ano curricular para concluir com aproveitamento a sua formação.
5. A uma UC integrante do plano de estudos de mais de um curso, deve ser atribuído o mesmo número de créditos, independentemente do curso.

## **Artigo 6.º**

### **Verificação e revisão dos créditos atribuídos**

1. A atribuição de créditos ECTS às UC deve ser verificada periodicamente (de dois em dois anos) pelo Conselho Científico-Pedagógico.
2. Compete ao chefe de departamento, em coordenação com os directores de curso, a monitorização e respectivo ajuste dos números de créditos pelas UC que compõem cada semestre e ano curricular, para posterior proposta de eventual alteração dos mesmos, de acordo com o previsto no n.º 3 do art.º 7.º deste regulamento.
3. A verificação referida nos números anteriores pode determinar a revisão dos créditos atribuídos às UC, tendo em vista fazer representar de uma forma mais correcta a distribuição da carga real de trabalho dos alunos.

## **Artigo 7.º**

### **Coordenadores ECTS**

No início de cada ano lectivo, por despacho do Comandante da AM, sob proposta do Director de Ensino, são nomeados o coordenador institucional ECTS e um coordenador departamental ECTS por departamento (chefe de departamento), aos quais compete o seguinte:

1. O coordenador institucional, tem por missão principal garantir o empenhamento da AM na aplicação dos princípios e dos mecanismos do ECTS.
2. O coordenador departamental, é o responsável pelos contactos e esclarecimentos junto dos alunos e docentes do seu departamento, e ainda pela maioria dos aspectos práticos e académicos inerentes à execução do ECTS.
3. O coordenador departamental, em coordenação com os directores de curso pode, tendo em conta a verificação do que terá sido o volume de trabalho efectivo dos alunos, da sua inquirição e da dos docentes envolvidos na leccionação do curso, propor de dois em dois anos a eventual revisão dos créditos ECTS atribuídos, dentro da mesma área científica.
4. No conjunto, quando solicitados, o coordenador institucional e os coordenadores departamentais, prestam qualquer tipo de esclarecimento encaminhado pelo Director de Ensino e/ou Conselho Científico-Pedagógico.
5. No final de cada ano lectivo, deverá ser elaborado um relatório conjunto, sob responsabilidade do coordenador institucional, o qual deve reflectir as acções levadas a cabo pelos vários coordenadores e propostas a apresentar. Este relatório tem como destinatários o Director de Ensino e o Conselho Científico-Pedagógico.

## **Artigo 8.º**

### **Escala Europeia de Comparabilidade de Classificações**

1. A Escala Europeia de Comparabilidade de Classificações permite complementar a informação numérica habitual (escala absoluta) com uma classificação que informe a posição relativa do aluno quando comparado com os outros alunos graduados nas mesmas condições (escala relativa).

2. É constituída por cinco classes, identificadas pelas letras A a E (para os resultados de aprovado), e a sua elaboração é da responsabilidade da Repartição de Administração Escolar.
3. As normas de utilização e elaboração desta escala encontram-se definidas no Capítulo III, Secção II, do Decreto – Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, podendo a mesma ser apresentada de acordo com o seguinte quadro:

*Handwritten signature and initials: + Ce*

Notas ECTS	Estudantes com aproveitamento que obtêm essa nota em (%)	Definição
A	10	<b>EXCELENTE</b> - Desempenho excepcional, com apenas algumas insuficiências de carácter menor
B	25	<b>MUITO BOM</b> - Resultados superiores à média, apesar de um certo número de insuficiências
C	30	<b>BOM</b> - Trabalho em geral sólido, apesar de um certo número de insuficiências significativas
D	25	<b>SATISFAZ</b> - Trabalho razoável, mas com lacunas importantes
E	10	<b>SUFICIENTE</b> - O desempenho satisfaz os critérios mínimos

## CAPÍTULO II

### ORGANIZAÇÃO DOS PLANOS DE ESTUDOS

#### Artigo 9.º


##### Estruturas curriculares

1. A estrutura curricular de um curso é o conjunto de áreas científicas que o integram, bem como o número de créditos que um aluno deve reunir em cada uma delas para obtenção de um determinado grau académico.
2. O número de créditos correspondente ao trabalho de um curso é igual ao produto da sua duração em anos por 60, sendo este valor distribuído pelas áreas de formação científica que integram a estrutura curricular.

#### Artigo 10.º

##### Áreas científicas

1. As áreas científicas dos cursos são fixadas em função dos objectivos educativos e profissionais e, sempre que disponível, das áreas científicas de referência, respectivo número mínimo de unidades de crédito no ramo do saber onde se enquadra o curso e das competências a adquirir em face do número de horas de trabalho global do curso.
2. O número de horas de trabalho por área científica, seja obrigatória ou optativa, estima-se tendo por base o número de horas de trabalho global previsto para o curso.

- 
3. O número de unidades de crédito de cada área científica calcula-se tendo por base a estimativa do número total de horas de trabalho previsto para cada área, em função da sua proporção no número total de horas de trabalho e das unidades de crédito do curso.
  4. Na atribuição de créditos, a área de formação científica de base de cada curso, deverá, regra geral, ter obrigatoriamente, a percentagem mais elevada.

#### **Artigo 11.º**

##### **Planos de estudos**

O plano de estudos de cada curso deve contemplar a distribuição das UC por área científica, o intervalo de tempo em que são ministradas (semestral ou outra), as horas de contacto e o total de créditos.

### **CAPÍTULO III**

### **INSTRUMENTOS**

#### **Artigo 12.º**

##### **Âmbito**

1. Os instrumentos para a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior aplicam-se a todos os cursos conducentes à obtenção de um grau académico ou, no caso dos cursos não conferentes de grau académico, a todos os que sejam objecto de avaliação e de certificação.
2. Os instrumentos referidos no número anterior e que possibilitam a comparabilidade e a mobilidade no Espaço Europeu do Ensino Superior, são os seguintes:
  - a. O Sistema Europeu de Transferência de Créditos;
  - b. A Escala Europeia da Comparabilidade de Classificações;
  - c. O Contrato de Estudos;
  - d. O Boletim de Registo Académico;
  - e. O Guia Informativo do estabelecimento de ensino e,
  - f. O Suplemento ao Diploma.

#### **Artigo 13.º**

##### **Guia Informativo**

É elaborado pelo Gabinete de Apoio ao Comando (GAC), de acordo com o formato proposto pela Comissão Europeia e adaptado à realidade da AM.

#### **Artigo 14.º**

##### **Suplemento ao Diploma**

É elaborado pelo Departamento de Coordenação Escolar de acordo com modelo aprovado pela Portaria n.º30/2008, de 10 de Janeiro, do Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior.

**CAPÍTULO IV**  
**DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

*Handwritten signature and initials: "Te G"*

**Artigo 15.º**

**Disposição transitória**

Até à publicação da Portaria que estabeleça definitivamente os modelos dos Contratos de Estudos e Boletins de Registo Académico, são utilizados os modelos já existentes de idêntica aplicabilidade.

**Artigo 16.º**

**Disposições finais**

1. Anualmente, e por despacho do Director de Ensino, é definida pelo Departamento de Coordenação Escolar a equiparação entre o intervalo de 10 a 20 da escala numérica inteira de 0 a 20 valores e a Escala Europeia de Comparabilidade de Classificações, assim como a data limite para a sua publicação.
2. No ano lectivo de 2007-2008 os elementos referidos no número anterior serão publicados em data a definir, conforme modelos de tabelas a aprovar por despacho do Director de Ensino.

**Artigo 17.º**

**Dúvidas e omissões**

Quaisquer dúvidas ou omissões serão resolvidas por despacho do Comandante da AM.

**Artigo 18.º**

**Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação em OS.